RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.659	29.719
Concessionárias	5	3.959	4.382
Impostos e contribuições sociais	6	1.619	1.502
Cauções e depósitos vinculados	8	1.409	
Prêmio de risco - GSF	9	188	188
Outros créditos		979	1.011
Total do Ativo Circulante		**29.813**	**36.802**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	8	6.584	7.935
Prêmio de risco - GSF	9	1.928	2.116
		8.512	**10.051**
Imobilizado	10	133.008	135.694
Intangível		585	564
		133.593	**136.258**
Total do Ativo Não circulante		**142.105**	**146.309**
TOTAL DO ATIVO		**171.918**	**183.111**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	680	367
Impostos e contribuições sociais	6	572	758
Dividendos	12	4.154	4.810
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	5.967	5.923
Outras contas a pagar		6	6
Total do Passivo Circulante		**11.379**	**11.864**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	30.191	35.650
Provisões	14	680	676
Outras contas a pagar		31	78
Total do Passivo Não Circulante		**30.902**	**36.404**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	86.371	86.371
Reservas de lucros	15.3	43.266	48.472
Total do Patrimônio líquido		**129.637**	**134.843**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**171.918**	**183.111**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Receitas	16	36.762	29.888
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	17		
Custo do serviço de energia elétrica		(10.817)	(1.462)
Custo de operação		(5.631)	(4.879)
		(16.448)	**(6.341)**
Lucro bruto		**20.314**	**23.547**
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(361)	(441)
Depreciações e amortizações		(1)	
Outras despesas e receitas operacionais			(15)
		(362)	**(456)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		19.952	23.091
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		3.255	3.992
Despesas financeiras		(3.457)	(4.539)
		(202)	**(547)**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		19.750	22.544
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.258)	(2.291)
		(2.258)	**(2.291)**
Lucro líquido do exercício		**17.492**	**20.253**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	20		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,20252	0,23449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	17.492	20.253
Resultado abrangente do exercício	**17.492**	**20.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Geração do valor adicionado	**39.856**	**31.338**
Receita operacional	38.319	31.098
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.537	240
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(13.919)**	**(2.977)**
Custos da energia comprada	(10.446)	(1.163)
Encargos de uso da rede elétrica	(371)	(299)
Materiais	(704)	(242)
Serviços de terceiros	(1.947)	(1.149)
Outros custos operacionais	(451)	(124)
Valor adicionado bruto	**25.937**	**28.361**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(4.202)	(3.888)
Valor adicionado líquido produzido	**21.735**	**24.473**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.265	3.992
Valor adicionado total a distribuir	**25.000**	**28.465**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	147	108
Benefícios	31	14
FGTS	37	37
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.825	3.501
Estaduais	9	11
Municipais	1	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.457	4.539
Aluguéis	1	2
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	4.154	4.810
	11.662	**13.022**
Lucros retidos	13.338	15.443
	25.000	**28.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		19.750	22.544
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		4.202	3.888
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			66
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		3.422	4.046
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		7	9
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(3)	42
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(701)	(932)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(95)	(106)
Amortização do prêmio de risco - GSF		188	188
		26.770	**29.745**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		423	(845)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(695)	(489)
Prêmio de risco - GSF			(2.492)
Outros ativos operacionais		32	(167)
		(240)	**(3.993)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		313	(2.744)
Outros tributos e contribuições sociais		188	17
Outros passivos operacionais		(47)	49
		454	**(2.678)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**26.984**	**23.074**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.959)	(2.182)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**25.025**	**20.892**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.537)	(240)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1.537)**	**(240)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		643	71
Dividendos pagos		(23.354)	(2.173)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(5.816)	(5.740)
Pagamentos de encargos de dívidas		(3.021)	(3.436)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(31.548)**	**(11.278)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	22.1	**(8.060)**	**9.374**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		21.659	29.719
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		29.719	20.345
		(8.060)	**9.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**86.371**	**33.029**	**-**	**119.400**
Lucro líquido do exercício			20.253	20.253
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal		1.013	(1.013)	-
Reserva de retenção de lucros		14.430	(14.430)	-
Dividendos propostos			(4.810)	(4.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**86.371**	**48.472**	**-**	**134.843**

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**86.371**	**48.472**	**-**	**134.843**
Dividendo adicional aprovado - AGE de 17/07/2017		(18.544)		(18.544)
Lucro líquido do exercício			17.492	17.492
Destinação do lucro:				
Constituição de reserva legal		875	(875)	-
Reserva de retenção de lucros		12.463	(12.463)	-
Dividendos propostos			(4.154)	(4.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**86.371**	**43.266**	**-**	**129.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

1.1 Autorização

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW) (*)	Energia Assegurada (MWm) (*)	Autorização Início	Autorização Término
Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	15,58	13/11/2001	13/11/2031

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A autorização da PCH está vigente pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL. A referida usina entrou em operação a partir de 27 de maio de 2009.

Na exploração da PCH a Companhia tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), negociados principalmente com terceiros, e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo. Da energia assegurada, 16 MWm foram comercializados por meio de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R$124,99 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2009. Os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 10); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 14.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre tratamentos fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplicar-se-á a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.
A Administração da Companhia está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.

2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.
A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.
A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:
(i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.
(ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

(iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.
Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 23.1, a Companhia possui R$28, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2017

Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16

A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 22.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/17), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/17 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.
As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico. Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.
O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as alterações propostas na consulta pública.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	2.812	3.339
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.847	22.749
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures		3.631
	18.847	**26.380**
Total	**21.659**	**29.719**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras estão remuneradas às taxas que variam de 90,00% a 96,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Concessionárias

	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	3.708	3.763
Energia de curto prazo	251	619
Total	**3.959**	**4.382**

Os saldos de Concessionárias são totalmente vincendos e são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.
Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.
A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 21.2.4.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Compensação de Tributos	Adiantamentos/ Pagamentos	Reclassi-ficação	Saldo em 31/12/2017
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	652		95	(673)		447	521
IRRF sobre aplicações financeiras	664	665				(426)	903
Outros	186	30				(21)	195
Total Circulante	**1.502**	**695**	**95**	**(673)**	**-**	**-**	**1.619**
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	603	2.258		(479)	(1.959)		423
ICMS	3	43			(44)		2
PIS e COFINS	105	1.483		(194)	(1.292)		102
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	29	40			(38)		31
Encargos com pessoal	18	10			(14)		14
Total Circulante	**758**	**3.834**	**-**	**(673)**	**(3.347)**	**-**	**572**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)	
				Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
	Relaciona-mento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
Concessionárias (Nota 5)											
Venda de energia elétrica											
EDP São Paulo	Controle Comum	212,18	01/01/2009 a 31/12/2038	56	59					560	523
EDP Espírito Santo	Controle Comum	236,00	01/01/2009 a 31/12/2038	46	53					458	432
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2017 a 31/03/2017							5.400	
				102	**112**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.418**	**955**
Fornecedores (Nota 11)											
Contrato de uso do sistema de distribuição											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		20/03/2009 a 17/07/2025			36	27			(327)	(299)
Suprimento de energia elétrica											
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2017 a 31/12/2017			403				(7.432)	
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 30/06/2016								(75)
EDP PCH	Controle Comum	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016		38		91			(2.176)	(1.932)
				-	**38**	**439**	**118**	**-**	**-**	**(9.935)**	**(2.306)**
Outras contas a pagar											
Prestação de serviços (a)											
Energest	Controle Comum		01/01/2011 a 28/07/2016								(65)
EDP PCH	Controle Comum		29/07/2016 a 31/12/2018					9	46	(111)	(46)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)											
EDP Espírito Santo	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019						1	(7)	(10)
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (c)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 a 31/12/2017					22	31	(218)	(160)
				-	**-**	**-**	**-**	**31**	**78**	**(336)**	**(281)**
				102	**150**	**439**	**118**	**31**	**78**	**(3.853)**	**(1.632)**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

a) Contrato de Prestação de Serviços

EDP PCH

O contrato, com previsão de vigência de 48 meses, tem por objetivo a prestação de serviços de atividades relacionadas a assuntos energéticos, de intervenções e da área administrativa-técnica da operação da usina.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.
Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho n° 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.
Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.
As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

c) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.
O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.
Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participantes. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios nos exercícios de 2017 e 2016 com os profissionais chaves da Administração.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Cauções e depósitos vinculados	1.409	6.584	7.935
Total	**1.409**	**6.584**	**7.935**

O saldo Circulante e Não circulante de Cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2017 no valor de R$7.993 (R$7.935 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento de contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13).

9 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R$188 (R$188 em 2016).

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

Ao final do prazo da autorização da usina, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

10.1 Composição do imobilizado

	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200		4.200		4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,70	85.329	(15.021)	70.308	2,63	83.491	(12.945)	70.546
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,43	19.347	(3.862)	15.485	3,45	19.329	(3.382)	15.947
Máquinas e equipamentos	4,20	40.994	(9.137)	31.857	4,22	40.953	(7.810)	33.143
Veículos	14,29	13	(2)	11	14,29	13		13
Móveis e utensílios	6,25	82	(21)	61	6,25	72	(17)	55
		149.965	**(28.043)**	**121.922**		**148.058**	**(24.154)**	**123.904**
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	2,87	10.433	(2.102)	8.331	2,89	10.433	(1.798)	8.635
		10.433	**(2.102)**	**8.331**		**10.433**	**(1.798)**	**8.635**
Administração								
Móveis e utensílios	6,25	9	(2)	7	6,25	9	(1)	8
		9	**(2)**	**7**		**9**	**(1)**	**8**
Total do Imobilizado em serviço		**160.407**	**(30.147)**	**130.260**		**158.500**	**(25.953)**	**132.547**
Imobilizado em curso								
Geração		2.748		2.748		3.147		3.147
Total do Imobilizado em curso		**2.748**	**-**	**2.748**		**3.147**	**-**	**3.147**
Total Imobilizado		**163.155**	**(30.147)**	**133.008**		**161.647**	**(25.953)**	**135.694**

10.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2017
Imobilizado em serviço						
Terrenos	4.200					4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	70.546		1.805	(2.076)	33	70.308
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.947		18	(480)		15.485
Máquinas e equipamentos	41.778		74	(1.631)	(33)	40.188
Veículos	13			(2)		11
Móveis e utensílios	63		10	(5)		68
Total do Imobilizado em serviço	**132.547**	**-**	**1.907**	**(4.194)**	**-**	**130.260**
Imobilizado em curso						
Terrenos	700	358				1.058
Reservatórios, barragens e adutoras	811		(1.805)		994	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	14		(18)		4	-
Máquinas e equipamentos	835	1.016	(74)		(524)	1.253
A ratear	494				(494)	-
Outros	293	163	(10)		(9)	437
Total do Imobilizado em curso	**3.147**	**1.537**	**(1.907)**	**-**	**(29)**	**2.748**
Total do Imobilizado	**135.694**	**1.537**	**-**	**(4.194)**	**(29)**	**133.008**

11 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	7	403	91
Encargos de uso da rede elétrica	7	36	27
Operações CCEE			64
Materiais e serviços		241	185
Total		**680**	**367**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em AGO, realizada em 11 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com a destinação de dividendos no valor de R$4.810, já contabilizados em 2016 e integralmente pagos em 18 de julho de 2017.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 17 de julho de 2017, a distribuição de dividendos extraordinários no montante de R$18.544, proveniente da Reserva de retenção de lucros (Nota 15.3.1), devidamente autorizada pelo BNDES, nos termos da Carta BNDES AE/DEENE3 nº 80/17 de 21 de junho de 2017. O referido montante foi pago integralmente em 18 de julho de 2017.

		Dividendos			
Passivo	31/12/2016	Propostos	Exercícios anteriores	Pagamentos	31/12/2017
EDP - Energias do Brasil	4.810	4.154	18.544	(23.354)	4.154
	4.810	**4.154**	**18.544**	**(23.354)**	**4.154**

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2017 Encargos Circulante	31/12/2017 Principal Circulante	31/12/2017 Principal Não circulante	31/12/2017 Total	31/12/2016 Encargos Circulante	31/12/2016 Principal Circulante	31/12/2016 Principal Não circulante	31/12/2016 Total
Moeda nacional																	
BNDES - Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da PCH Francisco Gros	a. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2; b. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%; c. Restrição de pagamento de dividendos.	TJLP + 1,90% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança Corporativa; c. Depósitos caucionados; d. Vinculação de receitas.	124	5.843	30.191	36.158	142	5.781	35.650	41.573
Total										**124**	**5.843**	**30.191**	**36.158**	**142**	**5.781**	**35.650**	**41.573**

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
Circulante						
Principal	5.781	(5.816)		5.815	63	5.843
Juros	142	(3.021)	3.002		1	124
	5.923	**(8.837)**	**3.002**	**5.815**	**64**	**5.967**
Não circulante						
Principal	35.650			(5.815)	356	30.191
	35.650	**-**	**-**	**(5.815)**	**356**	**30.191**

13.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2018	5.967
	5.967
Não Circulante	
2019	5.844
2020	5.844
2021	5.844
2022	5.844
2023 até 2024	6.815
	30.191
Total	**36.158**

14 Provisões

		Não circulante	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Provisões cíveis	14.1	54	47
Licenças ambientais	14.2	626	629
Total		**680**	**676**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e regulatórios.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, sendo a variação no exercício devida à atualização monetária destas provisões.

14.1.1 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, no montante de R$1.961 (R$1.249 em 31 de dezembro de 2016).

14.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R$626 (R$629 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2017 foram de R$358 (R$230 em 31 de dezembro de 2016), registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica Serviços de terceiros, e são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem.

	Saldo em 31/12/2016	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017
Não circulante	629	(3)	626
Total	**629**	**(3)**	**626**

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		17.492	20.253
Lucro líquido ajustado		17.492	20.253
Constituição da reserva legal - 5%		(875)	(1.013)
		16.617	**19.240**
Destinação do lucro			
Dividendos propostos	12	4.154	4.810
Reserva de lucros	15.3.1	12.463	14.430
		16.617	**19.240**
Dividendos por ação - R$		0,04809	0,05569

15.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de lucros			
Legal		5.142	4.267
Retenção de lucros	15.2 e 15.3.1	38.124	44.205
Total		**43.266**	**48.472**

15.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Do saldo em 31 de dezembro de 2016 de R$44.205, R$18.544 foi distribuído como dividendos extraordinários (Nota 12) conforme deliberação de AGE realizada em 17 de julho de 2017.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	MWh (*)		R$	
	2017	2016	2017	2016
Suprimento de energia elétrica	172.575	140.544	37.794	30.549
Energia de curto prazo	618	3.811	525	549
Receita operacional bruta	**173.193**	**144.355**	**38.319**	**31.098**
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(1.483)	(1.135)
Outros encargos			(74)	(75)
	-	-	(1.557)	(1.210)
Receita	**173.193**	**144.355**	**36.762**	**29.888**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2017					2016
		Custo do serviço		Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	17.1	10.429				10.429	1.163
Encargos de uso da rede elétrica		371				371	299
Pessoal	17.2		22	193		215	159
Material			122			122	71
Serviços de terceiros	17.3		1.192	157		1.349	1.080
Depreciação			4.193	1		4.194	3.885
Amortização			8			8	3
Aluguéis e arrendamentos				1		1	2
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						-	15
Outras		17	94	10		121	120
Total		**10.817**	**5.631**	**362**	**-**	**16.810**	**6.797**

17.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2017	2016
Contratos de compra de energia por quantidade	9.609	2.008
Energia de curto prazo	8.329	(202)
Outros	188	502
(-) Ressarcimentos CCEE	(7.697)	(1.145)
Total	**10.429**	**1.163**

O aumento da rubrica energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2017 é decorrente, substancialmente, do cenário de redução do GSF, ocasionando o aumento na compra de energia dos contratos bilaterais por quantidade com o objetivo de mitigar riscos de exposição à variação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

17.2 Pessoal

	2017	2016
Remuneração	111	108
Encargos	37	38
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada	3	
Despesas rescisórias	13	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	23	
Outros benefícios - Corrente	28	13
	215	**159**

17.3 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	188	182
Serviços de manutenção	365	200
Serviços de limpeza e vigilância	291	264
Serviços ambientais	349	229
Serviços de publicação e publicidade	81	110
Outros	75	95
	1.349	**1.080**

18 Resultado financeiro

	Nota	2017	2016
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		3.099	3.694
Energia vendida		39	185
Juros e multa sobre tributos	6	95	106
Outros juros e variações monetárias		3	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(10)	
Outras receitas financeiras		29	7
		3.255	**3.992**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	13.2	(3.422)	(4.046)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(7)	(9)
Generation Scaling Factor - GSF			(176)
Outros juros e variações monetárias			(42)
Outras despesas financeiras		(28)	(266)
		(3.457)	**(4.539)**
		(202)	**(547)**

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de renda e a Contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	19.750	22.544
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(6.715)	(7.665)
Ajuste lucro presumido	4.433	5.350
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.258)	(2.291)
Alíquota Efetiva	11,43%	10,16%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	17.492	20.253
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)	0,20252	0,23449

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	18.847	26.380	18.847	26.380
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	8		7.993	7.935	7.993	7.935
Empréstimos e recebíveis	4					
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento			2.812	3.339	2.812	3.339
Concessionárias			3.959	4.382	3.959	4.382
			33.611	**42.036**	**33.611**	**42.036**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	11		680	367	680	367
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13					
Moeda nacional			36.158	41.573	36.158	41.573
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7		31	78	31	78
			36.869	**42.018**	**36.869**	**42.018**

21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros aproximam-se ao seu valor contábil.

21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas debaixo de uma mesma diretoria.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O Empréstimo captado pela Companhia apresentado na nota 13, possui como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essa exposição. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.301			1.301	325	650	(325)	(650)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	465	512		977	244	489	(244)	(489)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**1.766**	**512**	**-**	**2.278**	**569**	**1.139**	**(569)**	**(1.139)**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(2.561)	(5.728)	(307)	(8.596)	(1.590)	(3.193)	1.590	3.193
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**(2.561)**	**(5.728)**	**(307)**	**(8.596)**	**(1.590)**	**(3.193)**	**1.590**	**3.193**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI estável em 7,00% a.a. e TJLP entre 5,00% e 6,75% a.a.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2017 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 23.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2017						31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	244	421	15			680	367
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				31		31	78
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	609	974	4.384	23.374	6.817	36.158	41.573
	853	**1.395**	**4.399**	**23.405**	**6.817**	**36.869**	**42.018**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2017 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 23.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 9).

21.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Classificação da instituição financeira			
AAA		18.847	14.433
AA			11.947
	4	**18.847**	**26.380**

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

21.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos	36.158	41.573
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.659)	(29.719)
Dívida líquida	**14.499**	**11.854**
Total do Patrimônio Líquido	129.637	134.843
Total do capital	144.136	146.697
Índice de alavancagem financeira - %	**10,06%**	**8,08%**

22 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

22.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

				Efeito não caixa			
	Nota	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2017
Cauções e depósitos vinculados	8	7.935	643	(701)		116	7.993
Dividendos	12	4.810	(23.354)		22.698		4.154
Empréstimos e financiamentos	13	41.573	(8.837)	420	3.002		36.158
		54.318	**(31.548)**	**(281)**	**25.700**	**116**	**48.305**

22.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	4.154	4.810
Total	**4.154**	**4.810**

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	14	14			28	29
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.437	626	11		2.074	1.738
Prêmio de risco - GSF				827	827	759
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	2.561	3.338	1.468	200	7.567	9.856
	4.012	**3.978**	**1.479**	**1.027**	**10.496**	**12.382**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	11	11			22	24
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	1.134	521	10		1.665	1.432
Prêmio de risco - GSF				2.312	2.312	2.312
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	2.561	3.770	1.958	307	8.596	11.484
	3.706	**4.302**	**1.968**	**2.619**	**12.595**	**15.252**

23.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Depósito caucionado	Empréstimos e financiamentos	7.993	7.935
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	36.174	41.561
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	86.371	86.371
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos	36.174	41.561
		166.712	**177.428**

24 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	3.998	51.096	4.067	51.007
Usinas	47.098		46.940	
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	100		100	

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$18.218; e
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$80.245.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

José Cherem Pinto
Diretor

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Leornardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S" ES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santa Fé Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6